

A implementação do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC: relato de uma experiência¹.

Edson Marcelo Húngaro²
Carla Cristina Garcia
José Luis Solazzi³

Introdução

Em face das transformações societárias ocorridas nas últimas décadas – que são de tal ordem a ponto de alguns analistas julgarem que vivemos tempos “pós-modernos”. – o papel do Estado tem sido rediscutido. Tem havido, nos últimos anos, um desmonte do aparato estatal no que diz respeito ao atendimento de direitos sociais. Dessa forma, transfere-se para a comunidade responsabilidades que outrora estiveram sob a

¹Trabalho apresentado para a sessão temática 14. Desporto, lazer e expressões culturais do VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais: “a questão social no novo milênio”, Coimbra, 2004.

²Professor curso de Educação Física da Universidade Municipal de São Caetano do Sul/ IMES, coordenador e pesquisador do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC. O Observatório é fruto de uma parceria estabelecida entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – SNDEL – do Ministério do Esporte – MESP – do Governo brasileiro.

³Professores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e também coordenadores do Observatório de Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC.

Endereço para correspondência com o autor: mhungaro@uol.com.br

responsabilidade estatal. Saúde, educação e combate à pobreza com políticas distributivas, por exemplo, deixam de ser da responsabilidade do estado e passam a ser uma questão de solidariedade para a comunidade. Se direitos sociais tão importantes tem tido este tipo de tratamento do Estado, como este tem lidado com outros direitos, tais como: o direito à prática esportiva, ao Lazer e às manifestações culturais de movimento humano?

Esta foi a temática que nos interessou estudar, ou seja, como têm sido o trato do Estado com os direitos ao esporte e ao lazer, mais especificamente, como as prefeituras da região do Grande ABC têm lidado com tais direitos? Como se trata de uma região que ficou conhecida como um pólo de lutas sociais, despertou-nos a atenção a fim de saber qual o trato do poder constituído, nesta região, com os direitos sociais em geral e, entre eles – com maior atenção -, os direitos ao Esporte e ao Lazer.

Como se trata de uma temática inesgotável, a partir dela surgiu a idéia de implementarmos um Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da Região em questão. Tal iniciativa fundou-se na convicção da necessidade do conhecimento teórico para a ação transformadora. Parece-nos que, muitas vezes, a humanidade acaba cometendo os mesmos erros por não conhecerem a sua própria história. A implementação do Observatório seria, portanto, uma maneira de darmos sustentação às diversas prefeituras da região em relação às demandas populacionais, aos resultados das políticas empreendidas, à manutenção da memória histórica daquilo que já foi feito, à avaliação dos resultados dos programas empreendidos e se estão coerentes com o Plano de Governo estabelecido, enfim, muitos seriam os benefícios de tal Observatório para as ações governamentais de cunho emancipatório.

Subsidiados pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – o IMES, demos os primeiros passos em relação a essa implementação. A instituição se interessou pelo projeto, concedeu algumas bolsas de iniciação científica e horas de dedicação a alguns professores envolvidos. Em virtude desse apoio inicial, conseguimos reunir um grupo de pesquisadores de iniciação científica interessados no tema. Deparamos com a primeira dificuldade, pois a totalidade deles sabia bem pouco sobre Políticas Sociais, já que não havia, em seus currículos, matéria que lhes desse um mínimo respaldo. A fim de dar conta de tal problemática, organizamos um cronograma de leituras, de março até novembro de 2003, a fim de cuidarmos da “iniciação científica” dos envolvidos com a temática.

Para 2004, a fim de consolidar o Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da Região do Grande ABC, encaminhamos um pleito por subsídio ao Ministério do esporte, mais especificamente à uma de suas secretarias – a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) –, pois há nela uma diretoria de Ciência e Tecnologia que, entre outros objetivos, financia pesquisas ligadas à especificidade temática da Secretaria em questão.

O projeto, uma vez encaminhado, passou pela avaliação de especialistas da área e, concorrendo com outros 26, foi um dos 8 aprovados. Passamos, desde 2004, portanto, a contar com o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), órgão do Ministério do Esporte do governo brasileiro.

O presente relato traz alguns dos resultados iniciais, bem como a projeção de nossos próximos passos. Os resultados referidos tratam, fundamentalmente, da revisão teórica que fizemos sobre a temática e das ações realizadas.

Resultados iniciais: alguns pressupostos teóricos preliminares

O primeiro passo para a implementação do Observatório foi um estudo sobre as transformações societárias recentes e suas implicações para a discussão das políticas sociais, mais especificamente, as políticas sociais de Educação Física, Esporte e Lazer.

No texto que se segue, são apresentados os resultados deste estudo e as primeiras ações organizacionais do Observatório, porém há muito ainda para ser realizado.

As transformações sociais recentes

“O marco dos anos setenta não é um acidente cronológico; ao contrário: a visibilidade de novos processos se torna progressiva à medida que o capital monopolista se vê compelido a encontrar alternativas para a crise em que é engolfado naquela quadra. Com efeito, em 1974-1975 explode a ‘primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial’ (Mandel, 1990: 9). Essa recessão monumental e o que se lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital: chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as ‘três décadas gloriosas’ do capitalismo monopolista), sustentara, com as suas ‘ondas longas expansivas’, o ‘pacto de classes’ expresso no *Welfare State* (Przeworski, 1991). Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de ‘ondas longas recessivas’ (Mandel, 1976), não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições iminentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação (Mandel, 1969, 1, V e 3, XIV). É para responder a este quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societária”.(Netto, 1996: p. 90)

O período acima descrito por José Paulo Netto é o tempo presente. As transformações ocorridas a partir de meados dos anos 70 são aquelas que configuram o tempo presente. É a partir delas que podemos falar de uma cultura pós-moderna. Há quem defenda, inclusive, que a pós-modernidade é a lógica cultural do capitalismo tardio⁴ (Cf. Jameson, 1996). Hobsbawm, levando em conta a análise de Mandel sobre o Capitalismo Tardio, a que Netto faz referência, chama a este período de Décadas de Crise. (1995).

Muito embora, sejam formulações apuradas sobre este período que vai de meados da década de 1970 até os dias atuais, a essência dessas transformações não é uma novidade para quem estudou a ordem burguesa mais detalhadamente.

Trata-se de uma característica do capitalismo revolucionar constantemente suas bases de funcionamento, principalmente no que tange aos aspectos tecnológicos. Nada tem de novo, portanto, a verificação de transformações no tecido social; Já sinalizavam Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, que a ordem burguesa representa transformação constante das forças produtivas e, conseqüentemente, do tecido social.

“A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo

⁴ Designação utilizada por Mandel na análise desta fase do capitalismo inaugurada em 74-5.

contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes.” (MARX e ENGELS, 1998: p. 8)

A grandeza das contribuições desses autores está em verificar as especificidades das transformações recentes, pois, apesar de seu dinamismo, nunca o capitalismo transformou-se de maneira tão rápida como nos últimos tempos⁵. A partir de meados da década de 70, as transformações ocorridas alcançaram um nível de profundidade e uma velocidade jamais assistidas anteriormente. Tais reviravoltas nada mais são que o desdobramento de uma profunda crise mundial que, a partir das mudanças ocorridas no padrão de acumulação, alterou todo tecido social. Tal crise, na verdade, não é possível de ser entendida se não for estudada como *totalidade*, pois se manifesta por toda sociedade, mas seus impactos mais fenomenais se dão nos âmbitos econômico, social, cultural e político⁶.

No âmbito econômico, temos, a partir de meados da década de 70, mudanças que alteram fundamentalmente a configuração econômica anterior. O padrão Taylorista/Keynesiano de acumulação demonstra seu esgotamento, surgindo, gradativamente, um novo padrão fundado na chamada flexibilização, ou acumulação flexível, que traz consigo novas formas de organização da produção (como o Toyotismo), novas relações econômicas globais (globalização), a financeirização (crescimento fantástico da especulação financeira em função do deslocamento do capital produtivo para o financeiro), a revolução informacional (passagem da indústria eletromecânica para a eletrônica), e a desterritorialização do capital, ou seja, ele passa a não ter fronteiras, principalmente a partir da formação dos megabloco transnacionais.

De todas essas transformações, talvez a que mereça maior atenção seja a relacionada às novas formas de produção. Em decorrência das novas tecnologias produtivas, há um crescente aumento da economia de trabalho vivo (acentuando o desemprego) que vem acompanhado de novas demandas de conhecimento para os trabalhadores. O trabalhador fabril do século XIX, fixado numa determinada função, dá lugar a um trabalhador que deve ser o mais polivalente possível dentro de sua especialidade.

“Não é preciso muito fôlego analítico (...) para concluir que a revolução tecnológica tem implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital. Resultado direto (exatamente conforme a projeção de Marx): *cresce exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital*. O Capitalismo Tardio, transitando para um regime de acumulação ‘flexível’, reestrutura *radicalmente* o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais ‘flexíveis’, do tipo ‘emprego precário’), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). A exigência crescente, em amplos níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente (coexistindo com a *desqualificação* analisada por Braverman, 1987), bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes (que colidem

⁵ Cf. David Harvey em seu livro Condição Pós-Moderna, especialmente na parte II, intitulada *A Transformação política-econômica do capitalismo do final do século XX*.

⁶ Cf. Eric Hobsbawm em seu livro Era dos Extremos: o breve século XX – 1914/1991.

com o privilégio do comando do capital), coroa aquela radical reestruturação – reestruturação que, das ‘três décadas gloriosas’ do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente seja sobre o elemento feminino que se tornou um componente essencial da força de trabalho, seja sobre os estratos mais jovens que a constituem, sem esquecer os emigrantes que, nos países desenvolvidos, fazem o ‘trabalho sujo’.” (Netto, 1996: pp. 92-3)

Como se vê, para além das novas demandas de conhecimento, as novas tecnologias de produção trazem consigo uma série de implicações nas relações de trabalho, acentuando, claramente, o nível de exploração. Há, indiscutivelmente, portanto, uma alteração nas relações entre as classes sociais. Afirmar Hobsbawn:

“Claro, as classes operárias acabaram – e de maneira muito clara após a década de 1990 – tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado.” (Hobsbawn, 1995: p.298)

Porém, apesar do impacto decisivo das novas tecnologias produtivas sobre a classe operária, não é verdadeira a idéia de que ela esteja morrendo numericamente. Trata-se, muito mais, de mudanças em seu interior. Há um claro processo de *desindustrialização*, ou mesmo de substituição da velha indústria pela *nova indústria*, mas as estatísticas não demonstram uma *hemorragia demográfica* nas classes operárias⁷. (Cf. Hobsbawn, 1995: p.297)

Na verdade, as mutações no *mundo do trabalho*, como vimos, trouxeram conseqüências que, embora significativas, não retiram a centralidade da classe-que-vive-do-trabalho⁸ como protagonista social.

“Na verdade, infirmando as falsas teses acerca do fim da ‘sociedade do trabalho’, o que se registra são mutações (...) no ‘mundo do trabalho’. E se o proletariado tradicional vê afetada a sua ponderação social, é inequívoca a centralidade da ‘classe-que-vive-do-trabalho’ (Antunes, 1995). Essa centralidade objetiva, porém, não pode ocultar a sua enorme diferenciação interna nem a atual ausência de um universo comum de valores e práticas – ou seja: não se pode ocultar o fato de que essa ‘classe-que-vive-do-trabalho’ –, agora mais que nunca, é um conjunto bastante heteróclito.” (Netto, 1996: p.94)

Para além das *mutações* na classe operária, no âmbito social também não foram poucas, tampouco pequenas, as transformações verificadas. Segundo Hobsbawn, a mudança mais significativa foi a morte do campesinato: “*A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo passado, é a morte do campesinato.*” (Hobsbawn, 1995: p. 284)

De acordo com o historiador, no início da década 1980, menos de 3% da população belga ou britânica desenvolvia sua atividade produtiva ligada à agricultura. A população

⁷ Hobsbawn defende a idéia de que a decantada crise do movimento operário é muito menos uma crise da classe e muito mais de sua consciência. A respeito disto ele fez uma belíssima análise (1995: 297 ss)

⁸ Termo cunhado por Ricardo Antunes em seu livro *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho de 1995.*

agrícola norte-americana também caíra para idêntica proporção. Tal fenômeno é observável no mundo todo, salvo pequenas exceções.

Além da morte do campesinato, outros fenômenos demonstram as profundas mudanças ocorridas. O grande aumento da urbanização, o crescimento da atividade de serviços, a difusão da educação formal, a mudança no perfil demográfico das populações e a individualização do lazer são fenômenos que servem de exemplo dessas mudanças, mas três fenômenos são, juntamente com a morte do campesinato, determinantes para a compreensão da amplitude dessa “Revolução Social”: o crescimento da importância do papel das mulheres, a atuação dos jovens no cenário político e o extraordinário aumento do contingente de desprotegidos sociais⁹.

Crescentemente, a mulher passou a ocupar postos de trabalho. Não que fosse novidade o fato de a mulher “trabalhar fora de casa”. Desde o início do capitalismo se nota a participação das mulheres na estrutura produtiva, principalmente as solteiras, mas o que se nota a partir de 1980 é o crescimento fantástico do número de mulheres trabalhadoras casadas.

“Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970.” (Hobsbawn, 1995: 304)

Não é só ocupando postos de trabalho que cresce a importância do papel social da mulher, mas também como protagonista de acontecimentos sociais. O chamado movimento feminista põe em questão uma série de problemas enfrentados pela mulher e passa a ganhar visibilidade.

Juntamente com a mulher, ganha, também, relevância social o papel desempenhado pelos jovens. Fruto do crescimento da difusão da educação formal, mais especificamente, da educação formal em nível universitário, o mundo assistiu, a partir dos anos 60, a uma forte participação dos jovens nos acontecimentos sociais. Sua relevância na política e na cultura do seu tempo é inquestionável.

“Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados, a não ser nos muito pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em *campi* ou ‘cidades universitárias’ grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações do que os governos.” (Hobsbawn, 1995: p.292)

Também no âmbito social vale, ainda, ressaltar o grande contingente de *desprotegidos sociais* espalhados pelo mundo. Diferentemente do período chamado por Hobsbawn de a *Era de Ouro*, em que o padrão taylorista/keynesiano foi hegemônico, na nova fase produtiva do capitalismo os direitos sociais vão sendo, paulatinamente, retirados. Caem conquistas trabalhistas que custaram anos de luta do movimento operário, ao mesmo tempo em que caem as proteções aos chamados *excluídos*¹⁰. Fruto das políticas neoliberais,

⁹ Em sua obra *Era dos Extremos*, Hobsbawn dedica um capítulo inteiro a caracterizar essas mudanças.

¹⁰ Cabe aqui a ressalva quanto ao termo, na medida em que, do ponto de vista produtivo, não há exclusão; Basta verificar isso pelo conceito, desenvolvido por Marx, de Exército Industrial de Reserva.

cada vez mais as redes de proteção social vão sendo desregulamentadas e a assistência social passa a ser responsabilidade da comunidade ou de órgãos não governamentais.

No âmbito cultural, as transformações se deram fundamentalmente em função da chamada *Indústria Cultural*. Criou-se uma indústria espetacular de entretenimento que dita os padrões de expressão cultural, principalmente após a difusão dos meios de comunicação de massa, dentre eles, a televisão. Os hábitos, as modas, os comportamentos são ditados, em boa parte, pela televisão. De acordo com Netto, a dinâmica cultural de nossa época está fundada em dois vetores: “(...) a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação e consumo) e desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a chamada *multimídia*).” (1996: p.97)

Desta forma, a lógica da mercadoria passa a se generalizar para todos os setores da vida social, mesmo naqueles em que historicamente se assistiu a uma resistência à mercantilização (como algumas formas de manifestação artística, por exemplo). E o papel dos meios eletrônicos nestes processos é fundamental.

Ao mesmo tempo, este movimento, chamado de pós-modernista, atacou as bases analíticas da filosofia moderna. Segundo ele a realidade como totalidade é irracional; não há distinção entre aparência e essência; não há ciência verdadeira, mas sim “jogos de linguagem” em que há lutas entre discursos argumentativos distintos; a realidade não é mais a referência de qualquer enunciado científico. Enfim, questões caras ao projeto da modernidade são violentamente criticadas - sem nenhum tipo de distinção entre os seus diversos vetores -, e mais, são associadas às formas de dominação contemporânea pelos pós-modernos.

“o que se poderia chamar de *movimento pós-moderno* é muito heterogêneo (Cf., por exemplo, Connor, 1993) e, especialmente no campo de suas inclinações políticas, pode-se até distingüir entre uma teorização pós-moderna de capitulação e uma de oposição (...). Do ponto de vista de seus fundamentos epistemológicos e teóricos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do estágio contemporâneo do capitalismo (Jameson, 1984): é-o tanto ao sancionar acriticamente as expressões culturais da ordem tardo-burguesa quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos).” (Netto, 1996: p.98)

Todas essas mudanças nos âmbitos econômico, social e cultural formam uma totalidade mutuamente determinada com as transformações políticas assistidas no mundo contemporâneo. São elas: o fortalecimento de uma oligarquia financeira transnacional, uma descaracterização da clássica oposição capital x trabalho (já que o capital deixa de ter pátria), um enfraquecimento do movimento operário (já que cresce cada vez mais o desemprego em função das novas tecnologias), isso tudo acompanhado pelo fortalecimento dos chamados movimentos sociais (movimento dos sem-terra, movimento dos sem-teto, movimento dos aposentados, movimento negro, movimento gay, etc). Para além desses aspectos, temos ainda a crise de sistemas sociais (que foram fundamentais para o fortalecimento dos direitos sociais) alternativos ao capitalismo: o socialismo e a social-democracia.

Tais crises enfraquecem ainda mais as lutas por direitos sociais travadas pelos trabalhadores¹¹. E nesse contexto, importantes conquistas da classe trabalhadora (direitos sociais) são postos em questão e alguns são retirados.

A Política, o Estado e os Direitos Sociais

A constituição do Estado Moderno se deu tendo por perspectiva uma compreensão de totalidade frente aos fenômenos sociais. Dessa forma, a conquista do poder do Estado foi uma das “bandeiras” do movimento revolucionário – tanto na perspectiva de uma revolução pela via insurrecional quanto numa perspectiva reformista – e é isso o que está posto no debate contemporâneo.

Numa perspectiva revolucionária reformista, a luta pela ampliação dos Direitos Sociais pela via do Estado é de fundamental importância e as transformações sociais recentes têm demonstrado que, ao contrário do que objetivava o movimento revolucionário reformista, os Direitos Sociais não têm sido ampliados, muito pelo contrário, sequer se tem conseguido manter algumas conquistas históricas do povo. Tal tendência, a da perda de grande parte dos Direitos Sociais, tem se verificado em todos os países do capitalismo avançado, mas tem ocorrido de maneira muito mais violenta nos chamados “países periféricos”.

Como já mencionamos os impactos das transformações recentes na estrutura social mundial, ou seja, já sinalizamos, no âmbito social, as principais mudanças ocorridas no mundo, agora, caberia nos determos nos impactos destas transformações nos chamados “países periféricos”, especialmente no Brasil. Evaldo Amaro Vieira, num artigo intitulado *As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos*, traz-nos importantes pistas para a compreensão da questão. Analisando as constituições brasileiras e as suas reformas, Vieira afirma que faz parte da tradição brasileira a reforma constitucional e que em todos os processos reformistas constitucionais há um traço comum:

“Como classe historicamente cada vez mais subordinada, a classe dirigente no Brasil tem oscilado entre a inércia e a modernização imposta de fora, entre a promulgação da Constituição e a imediata proclamação de sua reforma. Assim cada novíssima constituição sempre surge atrasada, porque a classe dirigente exige outras regras, diferentes daquelas que lhe eram aceitáveis ou favoráveis há pouco tempo, justificando-se com a necessidade de manter a estabilidade ou o crescimento do país.” (1997: p.68).

Com este traço comum sinalizado, o autor argumenta que a política social no Brasil percorre dois momentos políticos distintos no século XX: um primeiro, que corresponde à ditadura Vargas e ao populismo nacionalista, mas com influências que vão além do período de sua morte em 1954 e que o autor denomina de *período de controle da política*; e um segundo momento que vai da instalação da ditadura de 1964 até a conclusão dos trabalhos da constituinte de 1988, que o autor denomina como *período de política do controle*.

“Nesses dois períodos, a política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial, emergencial,

¹¹ Os chamados ajustes neoliberais transferem, cada vez mais, a responsabilidade do atendimento dos direitos sociais para a sociedade, isentando, assim, o Estado de qualquer responsabilidade (veja, por exemplo, o caso do projeto Comunidade Solidária).

sempre sustentada pela impiedosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitar seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade.” (1997: p.68).

Caracterizados os dois períodos, o autor menciona que ao terceiro período, iniciado após 1988, ele chama de *período da política social sem direitos sociais*. Afirma Vieira que em nenhum momento anterior a constituição brasileira acolheu tanto a política social como em 1988, mas, por outro lado, pouco dessa política tem sido praticado, ou regulamentado.

“Porém o mais grave é que em nenhum momento histórico da República brasileira (para ficar só nela, pois o restante consiste no Império escravista), os direitos sociais sofrem tão *clara e sinceramente* ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral, como depois de 1995.” (1997: p.68).

Evaldo Amaro Vieira atribui esses ataques às transformações sociais recentes e afirma que são feitos fundados em falsas premissas, em nome de um “neoliberalismo tardio”. Seguindo a sua análise irá demonstrar como se tratam de falsas premissas. Não iremos reproduzir como ele opera a demonstração do seu raciocínio por não se tratar do foco principal da nossa fundamentação, mas vale resgatar um dos pontos de sua argumentação:

“No Brasil, desde o tempo da elaboração da Constituição de 1988, a febre avaliatória ganha dimensão de epidemia e os avaliadores metamorfoseam-se em festejados demiurgos, com a justificativa de preservar o bem e o patrimônio públicos, como se antes da Constituição tal imperativo não existisse, nem se colocasse como irrevogável.

Os direitos sociais, os projetos, os executores, os processos, a eficiência, a eficácia, os resultados e os impactos das políticas sociais são em geral vistos e examinados pelos avaliadores como elementos de igual valor. O insidioso raciocínio localiza-se exatamente neste ilusório relativismo dos elementos das políticas sociais, apregoado pelos avaliadores. *Em verdade, em verdade, tais elementos dispõem de valores desiguais*: por exemplo, não se suprimem a vida e a liberdade por onerarem o orçamento ou inexistirem fontes de financiamento para elas, embora abundem os defensores desta posição irracionalista

Esta nova fase da acumulação capitalista não se importa com os direitos. Seus filhos mais queridos, os recentes avaliadores, nutrem-se do relativismo tão a gosto da meritocracia.” (1997: pp.70-71)

O autor alerta para as conseqüências políticas da supressão dos direitos sociais:

a) Tidas como naturais e independentes, as leis da economia lamentavelmente transmitem a impressão de que estinguem as sociedades, sobrevivendo apenas os mercados e os grupos unidos a ele. Em conseqüência, arruinam-se as classes sociais, os movimentos sociais, as teorias e o próprio pensamento, no mundo em incontrolável mudança.

b) O processo produtivo submete-se intensamente ao capitalismo financeiro: este acumula mais lucro com a especulação do que com a produção. Ao mesmo tempo, se internalizam a criação e a difusão das indústrias de comunicação, tornando a ‘globalização econômica’ em crescente ‘americanização’ da cultura de massa.

c) Os ‘ajustes estruturais’ ou a ‘livre circulação dos capitais’ debilitam os processos produtivos das sociedades, sujeitando-as às aventuras do capitalismo financeiro e à ‘americanização’ da cultura.” (1997: p.72)

Vieira lembra-nos que, no caso brasileiro, é possível que depois da extinção dos direitos sociais chegue a vez da extinção do Estado de direito e retornemos a um Estado autoritário. Argumenta que não é verdade que o Estado brasileiro alguma vez, mesmo em momentos de negação explícita de sua intervenção, tenha deixado de intervir na economia e sempre o fez para salvaguardar e privilegiar os detentores do capital.

Finalizando, o autor, afirma que, *nesta etapa de desemprego em massa e privatizações ilimitadas*, é imprescindível a intervenção estatal a fim de pôr em prática os direitos sociais previstos na Constituição de 1988, para que possamos garantir um mínimo de seguridade social.

Política Social e Educação Física

No debate acadêmico da Educação Física brasileira a incorporação da temática de políticas sociais é extremamente recente. Apenas a partir da década de 1980 que tal questão passa a ser tematizada. Isso se deveu ao longo tempo em que a Educação Física se manteve impermeável às influências das Ciências Sociais.

Com o processo de luta contra o regime militar, a sociedade brasileira passou a “respirar um ar de lutas democráticas” e este “ar” influenciou o tipo formação e intervenção de diversas áreas profissionais, entre elas, a Educação Física.

O tema de Políticas Sociais, em verdade, só passou a ser diretamente abordado no final dos anos 80 e início dos anos 90, do século passado. Muito em função das conquistas de algumas prefeituras por parte dos partidos à esquerda no cenário político brasileiro (o caso da prefeitura de São Paulo, em 1989, por exemplo). De lá para cá, tem havido um aprofundamento no debate acerca das políticas sociais voltadas para a Educação Física, Esportes e Lazer, mas o tema ainda carece de estudos e contribuições.

Uma contribuição muito interessante relacionando Educação Física e política social foi a elaborada por Linhales em seu artigo, publicado na revista *Motrivivência: São as políticas públicas para a Educação Física/Esportes e Lazer, efetivamente políticas sociais?*

Respondendo afirmativamente a questão por ela posta, a autora analisa que, caso se compreenda a Educação Física como componente curricular ou conteúdo escolar, as políticas públicas para a Educação Física não devem ser pensadas isoladamente das políticas educacionais. Mas, como a dimensão educativa da Educação Física não se restringe à escola, há que se pensar nas políticas públicas para as outras áreas de atuação (lazer, esporte, saúde, meio ambiente e cultura entre outras). Há que se estabelecer interfaces com outras políticas sociais e que não só as de esporte e lazer, nesse processo é necessário que a Educação Física não entre como um meio para atingir outros fins que não os seus. Nessa perspectiva de interface, de comunicação com outras políticas sociais, não há necessidade de um espaço só da Educação Física.

Levando em conta as transformações sociais recentes, afirma que:

"O processo de intervenção do Estado nos setores de esporte e lazer diluiu os contornos dessas esferas de ação, de forma que os interesses e necessidades aí representados não podem mais ser considerados como intocáveis ou pertencentes ao domínio privado de alguns grupos. Também o direito ao esporte e ao lazer não pode ser imediatamente deduzido das relações de dominação decorrentes da disjunção das classes economicamente definidas, em que, em tese, apenas as

classes dominantes possuiriam tempo livre disponível para usufruírem de tais atividades." (1998: p.75)

Como se vê, para a autora, os interesses representados nessas esferas (lazer/esporte) não devem ser monopólio de um grupo e nem devem ser imediatamente deduzidos das determinações de classe. Desta maneira não é possível se reduzir à explicação do poder político nesses setores somente à lógica econômica, até porque, segundo a autora, há interesses plurais expressos nesses setores e, além do mais, nos sistemas democráticos modernos todos os setores, ao menos potencialmente, possuem chances iguais de representação política.

Com tais premissas, Meyle se põe a seguinte questão: Por que determinados interesses se fazem representar e são atendidos e outros não? Almejando um Estado *democrático, flexível, poroso e capaz de se apresentar como expressão institucional da pluralidade de interesses e necessidades existentes na sociedade* (p.77), que segundo ela ainda não se realizou no Brasil, recorre a Claus Offe para resolver sua questão.

"O autor considera necessário analisar as capacidades de organização e de conflito de que uma necessidade social – no caso, o esporte/lazer – pode dispor, para se fazer representar junto ao Estado, de modo que o poder público promova sua institucionalização em bases democráticas." (p.78)

Ao constatar que os interesses que vêm sendo representados e atendidos no Estado, no que tange às políticas para o esporte/lazer, são os de grupos economicamente favorecidos e que a defesa do esporte como necessidade ou direito social não tem sido representada, Linhales, mais uma vez, recorre a Offe e argumenta que o problema é de organização política já que *uma necessidade social que diga respeito à totalidade dos indivíduos* "é mais difícil de ser "organizada" (p.78). Eis, para a autora, o problema do lazer/esporte: "(...) não se organizaram ainda representações que tematizem e defendam tais atividades como direitos sociais."

Apesar disso tudo, julga nossa autora que há saída, pois em determinadas circunstâncias alguns grupos específicos, quando movidos por alguma necessidade social, em virtude de interesses profissionais, podem interferir junto ao Estado – e, mais uma vez, recorre a Offe em sua argumentação. Vislumbram-se, portanto, possibilidades para os caminhos de democratização do esporte/lazer.

Feita a análise, a autora conclui que as questões fundamentais são:

- Convencer os profissionais de EF, Esporte e Lazer, bem como suas instituições organizativas, da necessidade do ingresso no jogo político;
- Rever a crítica simplista do Estado como reprodutor das desigualdades sociais e caminhar na construção do *Estado como espaço poroso e receptivo à tensão existente entre diferentes interesses e se isso apontar para uma defesa corporativista, tal elemento não deve ser impeditivo (...) a realidade atual indica sua necessidade* (p. 81);
- Há que se ter projeto político democrático e igualitário para esses setores (EF, Esporte e Lazer);

Linhales julga, por fim, que tais proposições se apresentam como "*alternativas para o enfrentamento das desigualdades que perpassam a construção da democracia em sociedades capitalistas.*" (p.81)

Muito embora o texto traga importantes contribuições, é possível identificar algumas limitações, tais como:

1. A autora disserta sobre o percurso de incorporação, pelo Estado, das políticas sociais sem traçar como se deu esse processo. Na verdade, a gênese daquilo que ficou conhecido como a luta de classes, nos limites do capitalismo (ou a questão social), não aparece em sua argumentação. Em outras palavras, ela não explica o que foi o processo de expansão dos direitos políticos e sociais ocorrido, fundamentalmente, no século XX.

2. Ao não fazer isso, acaba também por não apanhar a lógica constitutiva do Estado de Bem Estar Social que tanto defende.

3. Critica o reducionismo economicista na concepção de Estado e de Políticas Públicas, mas acaba por desconsiderar o econômico nas determinações dos interesses e lida como se fosse possível afastá-lo (v. pp. 73 e 74)

4. Sua análise sobre políticas para a Educação Física Escolar é débil na medida que não analisa as expressões políticas recentes nem da Educação Física, nem da Educação e, por isso, limita-se a dizer que devem ser tratadas conjuntamente.

5. O mesmo acaba acontecendo com esporte/lazer, mas aqui, ao menos, ela media mais com seus pressupostos sobre Estado e Políticas Sociais.

6. Apesar de julgar o Estado como expressão institucional da pluralidade de interesses, reconhece que apenas alguns determinados interesses têm sido representados – os interesses mercantis. Atribui isso, apoiando-se em Claus Offe, a não organização, ainda, de representações que tematizem e defendam tais atividades (esporte/lazer) como direitos sociais. Mais uma vez, os determinantes econômicos são desprezados na análise.

7. Trabalha com pressupostos equivocados, retirados de Offe, em sua análise (p. 78): o primeiro que atribui que a representação política de uma necessidade social mais universal seja mais dificultosa de se organizar (pelo número de pessoas que deverão estar presentes?!), pois não corresponde a grupos funcionais específicos e não limita os demandantes à condição de sujeitos econômicos. E o pior é que ela media com o esporte/lazer. E o segundo, ao afirmar que grupo de interesses específico tem interferido no estado desequilibrando a composição de forças que privilegia a priorização de interesses mercantis (a defesa teórica do corporativismo como elemento de democratização do Estado).

8. Como se trata, fundamentalmente, de falta de organização política para que tenhamos um Estado democrático, popular, poroso, expressão institucional de pluralidade e, portanto, atento às políticas públicas para a Educação Física, devemos convencer os profissionais dessa área e as suas entidades representativas a participar do jogo político. E, segundo a autora, é possível se pensar projetos políticos e igualitários para esses setores cobrindo assim uma ausência que tem facilitado o jogo para quem defende o caminho da exclusão e da seletividade. Não há nenhuma menção, no texto de Linhales, a que esses projetos estejam orquestrados com um projeto sócio-político emancipatório. Ao que parece, para a autora é possível um projeto político igualitário e democrático setorial.

Apesar das limitações nas formulações da autora, seu texto tem um grande mérito: é um dos primeiros a discutirem Educação Física, Esportes e Lazer no âmbito das políticas sociais e, mais que isso, enfoca a discussão tendo por *pano de fundo* as determinações políticas mais gerais, ou seja, a autora parte das formulações mais complexas para chegar nas mais simples, parte da teoria política geral, do processo de desenvolvimento das políticas sociais para chegar, especificamente, na análise das políticas para Educação

Física, Esportes e Lazer como políticas sociais. E, o que é mais importante, ressaltando a importância de não discuti-las isoladamente.

Organização e metodologia do Observatório

O Observatório que já vinha funcionando – sob o nome de GEPOSEF: Grupo de Estudos de Políticas Sociais de Educação Física – e, para isso, tinha realizado algumas ações.

Com o apoio institucional do IMES, o grupo iniciou seus trabalhos em setembro de 2003. Na ocasião foram selecionados os discentes que seriam colocados em Iniciação Científica. Tal seleção foi feita em 3 fases:

A. A fase de inscrição (só poderiam se inscrever discentes do 2º. ano de faculdade em diante e que não tivessem qualquer pendência acadêmica) na qual o discente deveria, obrigatoriamente, apresentar um primeiro esboço de projeto de pesquisa, seu histórico escolar e o curriculum vitae.

B. Feita a inscrição os interessados foram submetidos a uma prova que objetivou verificar a condição de escrita e leitura dos candidatos.

C. Por fim, empreendeu-se uma entrevista com cada um dos candidatos a fim de analisar seus reais interesses em participar do Observatório.

Selecionados os participantes (o Observatório iniciou seus trabalhos com 19 membros), o trabalho de implementação do Observatório foi dividido em três etapas fundamentais e, em cada uma delas com um enfoque metodológico distinto.

Na primeira etapa, a pesquisa foi de caráter bibliográfico, com o estudo dos determinantes ontológicos da Política, as diversas teorias políticas, o processo de construção do Estado moderno, a política social brasileira e a política social voltada para a Educação Física, esportes e lazer¹².

A segunda etapa, ainda não realizada, terá como foco à análise documental. Iremos, à luz da teoria, analisar criticamente os planos de governo das prefeituras da região no concernente à política social adotada por cada uma delas e, mais especificamente, no quadro das políticas sociais, àquelas relacionadas à Educação Física, Esportes e Lazer. Vale ressaltar que, apesar de ainda não analisados, já obtivemos os planos de governo.

Na terceira, e última, etapa da pesquisa, faremos um estudo de campo sobre as ações empreendidas pelas diversas prefeituras da região a fim de verificar se tais ações, na prática, concretizam os objetivos estabelecidos nos planos de governo. Ao realizarmos tal etapa, poderemos, também, analisar os resultados das prospecções políticas dos planos de governo estabelecidos.

¹² Tal etapa está sendo realizada e já obtivemos os primeiros resultados: a publicação de 12 painéis na II Jornada Paulista do CBCE/SP

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses no mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, Cortez, p. 78-86, abril 1996.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época, 7).
- _____. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. **Novos Rumos**, São Paulo, ano XVI, n. 34, Instituto Astrogildo Pereira, p. 29-40, abril/maio/junho 2001.
- HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996. (Temas, 41). p.5-90, 171-284, 302-413.
- LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a Educação Física/Espportes e Lazer, efetivamente políticas sociais. **Motrivivência**. Florianópolis, UFSC, ano X (11), pp. 71-81, set/1998.
- LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979
- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979
- MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **A Ideologia Alemã (Feurbach)**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- NETTO, J.P. (org.) **Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981 (Grandes Cientistas Sociais, 20)
- _____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, Cortez, p. 87-132, abril 1996.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994. (Biblioteca das ciências do homem. Sociologia, epistemologia, 18). p.25-46, 69-84, 103-137.
- VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade nº 53**, São Paulo, Cortez Ed., Mar. de 1997 (pp. 67-73).